

**Gabriela Cruz Amato Teixeira**

# **CYBERBULLYING E MÍDIAS SOCIAIS**

**Contribuições para a proteção dos direitos fundamentais  
da criança e do adolescente no contexto digital**



*livraria* //  
**DO ADVOGADO**  
*editora*

Porto Alegre, 2022

*Conselho Editorial*

André Luís Callegari  
Carlos Alberto Molinaro  
César Landa Arroyo  
Daniel Francisco Mitidiero  
Darci Guimarães Ribeiro  
Draiton Gonzaga de Souza  
Elaine Harzheim Macedo  
Eugênio Facchini Neto  
Gabrielle Bezerra Sales Sarlet  
Giovani Agostini Saavedra  
Ingo Wolfgang Sarlet  
José Antonio Montilla Martos  
Jose Luis Bolzan de Morais  
José Maria Porras Ramirez  
José Maria Rosa Tesheiner  
Leandro Paulsen  
Lenio Luiz Streck  
Miguel Ángel Presno Linera  
Paulo Antônio Caliendo Velloso da Silveira  
Paulo Mota Pinto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

T266c Teixeira, Gabriela Cruz Amato.

Cyberbullying e mídias sociais : contribuições para a proteção dos direitos fundamentais da criança e do adolescente no contexto digital / Gabriela Cruz Amato Teixeira. Porto Alegre : Livraria do Advogado, 2022.

266 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-86017-45-8

1. Cyberbullying. 2. Mídias sociais. 3. Crianças - Direitos fundamentais. 4. Adolescentes - Direitos fundamentais. 5. Bullying. 6. Autorregulação. I. Título.

CDU 343:004.738.5-053.2/.6

Índice para catálogo sistemático:

1. Cyberbullying : Crianças e Adolescentes 343:004.738.5-053.2/.6

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 8/10213)

## Sumário

<b>Prefácio (Ingo Wolfgang Sarlet)</b> .....	7
<b>Apresentação (Ivar A. Hartmann)</b> .....	9
<b>Introdução</b> .....	17
<b>Capítulo I – A proteção dos direitos fundamentais da criança e do adolescente nos casos de cyberbullying</b> .....	23
1. Cyberbullying e mídias sociais no Brasil: contextualização da problemática enfrentada.....	23
1.1. Uso das mídias sociais por crianças e adolescentes no Brasil.....	23
1.2. A proteção dos nativos digitais <i>de hoje</i> e os principais desafios enfrentados pelos imigrantes digitais.....	25
1.3. Hiperconexão e hipervulnerabilidade.....	30
2. Bullying e cyberbullying: conceito, causas e efeitos.....	33
2.1. Conceito de bullying na perspectiva da psicologia.....	33
2.2. Causas e formas de manifestação.....	37
2.3. Bullying online: alguns aspectos acerca do fenômeno cyberbullying.....	39
2.3.1. Elementos de conexão entre cyberbullying e discurso de ódio.....	41
2.3.2. Formas de manifestação do cyberbullying .....	43
2.4. Tipos de impacto .....	44
2.4.1. Impacto individual (psíquico e condutas).....	45
2.4.2. Impacto social (escolar e relacionamentos).....	46
2.5. Alguns dados, implicações e consequências.....	47
2.6. Argumentos em torno da transposição do fenômeno do cyberbullying para a perspectiva jurídico-constitucional .....	50
3. O marco jurídico de proteção dos direitos fundamentais da criança e do adolescente para os casos de cyberbullying.....	51
3.1. A consolidação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente no plano internacional .....	52
3.2. Os direitos fundamentais da criança e do adolescente e a sua especial proteção pelo ordenamento jurídico-constitucional brasileiro .....	58
3.3. A posição preferencial dos direitos fundamentais da criança e do adolescente na arquitetura constitucional .....	59

3.4. Panorama geral sobre os direitos de personalidade e direito à liberdade de expressão da criança e do adolescente: um recorte para a análise dos casos de cyberbullying.....	65
3.4.1. Os direitos de personalidade.....	66
3.4.2. O direito à liberdade de expressão.....	73
4. O enfrentamento do cyberbullying à luz dos princípios da absoluta prioridade e do melhor interesse da criança: a proteção do direito ao livre desenvolvimento da personalidade.....	77
5. O tratamento do bullying e do cyberbullying pela legislação brasileira: a lei do bullying e leis correlatas.....	79
<b>Capítulo II – Os deveres de proteção decorrentes dos direitos fundamentais da criança e do adolescente no âmbito das plataformas de mídia social perante a teoria da eficácia direta <i>prima facie</i> nas relações privadas..</b>	<b>83</b>
1. A proteção dos direitos fundamentais da criança e do adolescente frente à teoria da eficácia direta <i>prima facie</i> dos direitos fundamentais nas relações privadas.....	83
1.1. A estrutura das normas de direitos fundamentais: a especial relevância da sua dimensão objetiva.....	84
2. Breves apontamentos sobre as teorias da eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas: pressupostos necessários para o enfrentamento do problema...	91
2.1. A teoria da eficácia indireta.....	91
2.2. A teoria da eficácia direta.....	93
2.3. A teoria dos deveres de proteção.....	94
2.4. A teoria da eficácia direta <i>prima facie</i> .....	100
3. A possibilidade de vinculação das plataformas de mídia social aos direitos fundamentais da criança e do adolescente e aos deveres de proteção decorrentes.....	104
4. Deveres de proteção estatal, organização e procedimento e controle social.....	106
4.1. Deveres de proteção mediante organização e procedimento, prevenção e responsabilização.....	109
4.1.1. Deveres de proteção e a vinculação dos atores privados aos direitos fundamentais.....	116
4.1.2. Proteção e pressupostos para o exercício dos direitos fundamentais.....	121
<b>Capítulo III – Alternativas regulatórias disponíveis e proposta de um modelo para o enfrentamento do cyberbullying.....</b>	<b>123</b>
1. Apresentação das alternativas regulatórias disponíveis.....	123
1.1. Regulação estatal.....	123
1.1.1. A reestruturação da regulação estatal.....	125
1.1.2. Descentralização e o papel das agências reguladoras.....	128
1.2. Autorregulação.....	129
1.2.1. Autorregulação privada.....	130
1.2.2. Descentralização e desregulação.....	131

1.3. Autorregulação regulada.....	133
1.3.1. Principais argumentos sobre os benefícios do modelo de autorregulação regulada.....	134
1.3.2. A iniciativa do SART e a possibilidade de autorregulação regulada no setor de telecomunicações.....	136
1.4. Controle social.....	138
1.5. Orientações regulatórias para o contexto digital: aplicação das alternativas regulatórias disponíveis.....	141
2. Autovinculação e autorregulação à luz do caso do Facebook.....	146
2.1. Instrumentos de moderação e controle de conteúdo.....	151
2.2. O papel da comunidade.....	158
2.3. Possibilidade de controle parental.....	159
2.4. Controle social: atuais possibilidades e o caso do Comitê de Supervisão do Facebook ( <i>Oversight Board</i> ).....	160
2.5. Limites e lacunas da autorregulação: principais problemas e desafios.....	162
3. A regulação de conteúdo da internet e das plataformas de mídia social no Brasil.....	168
3.1. Marco normativo constitucional.....	169
3.2. O Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados no enfrentamento dos casos de cyberbullying.....	171
3.2.1. O Marco Civil da Internet.....	171
3.2.2. A Lei Geral de Proteção de Dados.....	175
3.3. O papel do Poder Judiciário à luz da jurisprudência do STF e STJ.....	179
3.4. Deficiências e desafios.....	182
4. Um olhar sobre o direito estrangeiro: o modelo de autorregulação regulada no direito alemão e europeu.....	185
4.1. Proteção constitucional.....	185
4.2. Legislação em termos gerais.....	186
4.3. Jurisprudência.....	188
4.4. O caso da NetzDG como modelo de autorregulação regulada: a estrutura da NetzDG para os casos de cyberbullying.....	191
4.5. Críticas e desafios no âmbito da NetzDG.....	196
4.6. Novas perspectivas no quadro jurídico europeu para a proteção dos direitos fundamentais no contexto digital: os regulamentos da União Europeia sobre serviços e mercados digitais.....	200
4.7. Alguns pontos comparativos entre a NetzDG e o Regulamento Serviços Digitais.....	207
5. Avaliação sistemática e crítica dos modelos e algumas propostas.....	210
5.1. Necessidade de um modelo intermédio e de uma autorregulação regulada apta a dar conta dos deveres de proteção estatais e deveres de cuidado e prevenção das plataformas de mídia social.....	217
5.2. Participação na organização e procedimento e controle social.....	222

5.3. A importância da educação digital para a capacitação das crianças e adolescentes, pais e/ou responsáveis.....	223
5.4. Possíveis critérios e instrumentos para o aperfeiçoamento da prevenção e repressão do cyberbullying no Brasil.....	227
6. Uma lei para o cyberbullying? Exposição de alguns argumentos de justificação .....	232
6.1. Argumentos gerais: identificação de nódulos problemáticos .....	233
6.2. Argumentos específicos em relação ao cyberbullying.....	234
6.3. Retomada dos critérios e instrumentos a serem considerados em uma proposta de enfrentamento do cyberbullying.....	236
6.4. Síntese conclusiva sobre os critérios apontados .....	245
<b>Conclusão.....</b>	<b>247</b>
<b>Referências.....</b>	<b>251</b>